

# Relatório Sementes 2022

## Situação dos/as defensores/as de direitos humanos no processo eleitoral do Brasil



proponentes



cofinanciador



**Relatório Sementes 2022**  
**Situação dos/as defensores/as**  
**de direitos humanos no**  
**processo eleitoral do Brasil**

# Relatório Sementes 2022

## Situação dos/as defensores/as de direitos humanos no processo eleitoral do Brasil

### Projeto Sementes de Proteção de Defensores/as de Direitos Humanos

Este documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia.

O seu conteúdo é de responsabilidade exclusiva de seus/suas autores/as, não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição da União Europeia.

### Proponentes:

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH/MNDH)

We World GVC Onlus

### Associadas:

Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos (AMDH)

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)

### Cofinanciador:

União Europeia

### Equipe Nacional

### Coordenação Geral:

Paulo César Carbonari (MNDH/SMDH)

### Equipe SMDH:

Diana Melo, Joisiane Sanches Gamba, Marcelo Fontenelle, Raissa Lima Dias da Silva, Renata Castro Barros e Fernando Borges de Oliveira

### Equipe Abong:

Adriana Torreão, Anna Paula Pedra, Diogo Francisco Oliveira, Franklin Félix, Graciela Medina, Jhonatan Souto, Patrícia França, Pedro Bocca, Raphaela Correa, Raquel Catalani, Wanderson Borges

### Equipe WWB:

Monica Bonadiman, Mirlânia Lima Bezerra e Francisco Rosângelo Marcelino da Silva

### Coordenação do Relatório:

Raquel Catalani (Abong) e Paulo César Carbonari (MNDH)

### Consultoria

Lucyvanda Amorim Moura

proponentes



co-financiadora



# Apresentação



O projeto **Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos** ([sementesdeprotecao.org.br](http://sementesdeprotecao.org.br)) é uma iniciativa conjunta da **Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)**, do **Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)**, da **Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)** e da **We World GVC Onlus**, com apoio financeiro da **União Europeia**, para o desenvolvimento de ações de fortalecimento das organizações da sociedade civil que atuam com direitos humanos no Brasil.

O **Projeto Sementes de Proteção** também conta com a participação, na condição de associadas, da **Comissão Pastoral da Terra (CPT)**, da **Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)**, da **Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos (AMDH)** e do **Conselho Indigenista Missionário (CIMI)**.

O **objetivo geral** do projeto é contribuir com o apoio a defensores/as dos direitos humanos e às organizações da sociedade civil que atuam em questões associadas a violações dos direitos humanos e ataques contra liberdades fundamentais no Brasil. O **objetivo específico** é fortalecer as capacidades de defesa, promoção e proteção dos/as militantes e lutadores/as que são defensores/as de direitos humanos de movimentos sociais e organizações da sociedade civil em 21 estados brasileiros para semear a proteção popular.

**São beneficiários/as finais do projeto:** militantes, lutadores/as do povo, lideranças comunitárias, dirigentes de organizações da sociedade civil que fazem luta social no Brasil e são reconhecidos/as como defensores/as de direitos humanos.

**São eles/as:** camponeses/as (sem-terra, trabalhadores/as rurais, agricultores/as familiares, posseiros/as); povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos/as, pescadores/as artesanais, seringueiros/as, extrativistas); pessoas LGBTQIA+; mulheres; ambientalistas; lideranças da luta antirracista, sem teto; atingidos/as por grandes empreendimentos (mineração, barragens); religiosos/as de matriz africana; agentes da luta contra tortura e o encarceramento; defensores/as da juventude de periferia urbana; pessoas em situação de rua e catadores/as de materiais; lideranças de periferias urbanas etc.

O **relatório do segundo ano de desenvolvimento do Projeto Sementes de Proteção** traz narrativas de **39 defensores e defensoras de direitos humanos que atuam em diversos campos de lutas por direitos**. Este ano, a partir das entrevistas realizadas, **o relatório buscou abordar três questões principais:** o processo eleitoral brasileiro em 2022, a partir das violências percebidas e vividas por defensores e defensoras de direitos humanos, bem como as estratégias adotadas pelas organizações para fazer frente ao contexto; uma avaliação sobre a democracia e os direitos humanos no Brasil e os desafios para seu fortalecimento; e uma avaliação sobre os desafios para o fortalecimento das organizações e movimentos em que atuam os/as defensores/as.

**É importante destacar que a elaboração do relatório se deu num período de grande turbulência no país.** A coleta dos depoimentos aconteceu entre o final do segundo semestre de 2022 e janeiro de 2023, período em que passamos por grande instabilidade política em razão do risco de uma possível renovação do mandato do então presidente, Jair Bolsonaro, já que a eleição seria decidida em segundo turno. **Em função disso, houve uma maior exigência de engajamento da sociedade civil organizada – organizações e movimentos sociais –** no enfrentamento à barbárie e na construção da campanha que defendia um projeto democrático para o país.





Passada essa turbulência inicial e tendo a felicidade de ver vencer nas eleições o projeto que mais dialoga com os interesses e necessidades da maioria da população, **não houve descanso**. Após uma semana de uma cerimônia de posse histórica, em que a faixa presidencial foi entregue ao presidente Luís Inácio Lula da Silva por uma diversidade de representações de segmentos da sociedade civil organizada, que também demonstrou a diversidade do povo brasileiro e teve o simbolismo do povo “subindo a rampa do poder”, tiveram início atos terroristas praticados por grupos de extrema-direita, apoiadores do ex-presidente, inconformados com a derrota nas urnas.

**Esses fatos – tanto os belos quanto os trágicos – aparecem nas narrativas dos defensores e das defensoras ouvidos/as para a construção do relatório.** Antes da confirmação da vitória de Lula, as narrativas são mais carregadas pela tensão e pelo medo de que houvesse uma recondução do projeto genocida e, conseqüentemente, pelo temor de que a situação da democracia e dos direitos humanos ficasse ainda mais fragilizada no país. **Após a vitória, as falas já trazem um grande sinal de esperança, pautadas na abertura ao diálogo e na reconstrução de um país que ficou esgarçado não só durante o processo eleitoral, mas desde o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016.**

No texto que se segue, buscamos apresentar algumas das principais informações e opiniões coletadas nas questões feitas com as defensoras e os defensores, **cujo relatório com a íntegra das entrevistas, em português, pode ser acessado no seguinte link:**  
<http://bit.ly/relatoriosementes2022>.





# Pode fazer uma breve **apresentação contando sobre sua principal atuação na luta** por direitos humanos?

Neste primeiro momento, as/os 39 defensores/as entrevistados/as puderam fazer uma breve apresentação de sua caminhada pessoal junto aos movimentos e organizações da sociedade civil.

São eles/as:

1. Adriana Ramos  
**(Instituto Socioambiental - ISA)**
2. Alair Luís dos Santos  
**(Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar - Contag)**
3. André Freitas  
**(Greenpeace Brasil)**
4. Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira  
**(Conselho Indigenista Missionário - CIMI)**
5. Benedito Roberto Barbosa (Dito)  
**(Central de Movimentos Populares - CMP)**
6. Bruna Benevides  
**(Associação Nacional de Travestis e Transexuais - Antra)**
7. Cacique Babau (Rosivaldo Ferreira da Silva)  
**(Aldeia Tupinambá Serra do Padeiro)**
8. Carlos Nicodemos  
**(MNDH e Organização Projeto Legal - OPL)**
9. Carmen Silva  
**(SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia)**
10. Cláudia Sala de Pinho  
**(Rede de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil)**
11. Darcy Costa  
**(Movimento Nacional da População em Situação de Rua - MNPR)**
12. Débora Rodrigues  
**(Associação Vida Brasil e Abong)**
13. Denise Dora  
**(Artigo 19)**
14. Diva Santa  
**(Grupo Tortura Nunca Mais - GTNM)**
15. Fagner Jandrey  
**(Movimento Nacional de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR)**
16. Fernando Pigatto  
**(Fórum em Defesa do Direito Humano à Saúde)**
17. Getúlio Vargas Junior  
**(Confederação Nacional das Associações de Moradores - Conam)**
18. Giuliano Galli  
**(Instituto Vladimir Herzog - Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e Comunicadores)**
19. Givânia Silva  
**(Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos - Conaq)**
20. Gustavo Coutinho  
**(Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos - ABGLT)**
21. Heliana Hemetério  
**(Rede Candaces de Lésbicas e Bissexuais Negras, Articulação de Mulheres Negras Brasileiras)**
22. Iêda Leal  
**(Movimento Negro Unificado - MNU)**
23. Irene Maria dos Santos  
**(Instituto Brasil Central - Ibrace)**
24. João Marcos R. Dutra  
**(Movimentos dos Atingidos por Barragens - MAB)**
25. Júlio Barbosa  
**(Conselho Nacional das Populações Extrativistas - antigo Conselho Nacional dos Seringueiros)**



26. Larice Durval Ribeiro  
**(Levante Popular da Juventude)**

27. Leonardo Pinho  
**(Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, Unisol Brasil, Associação Brasileira de Saúde Mental - Abrasme)**

28. Lucia Secoti  
**(Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDI)**

29. Makota Celinha Gonçalves  
**(Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro Brasileira - Cenarab)**

30. Marina Dermmam  
**(Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST)**

31. Mônica Alkmim  
**(Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH)**

32. Nilma Bentes  
**(Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - Cedenpa)**

33. Paola Falceta  
**(Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 - Avico)**

34. Irmã Petra Pfaller  
**(Pastoral Carcerária)**

35. Ronilson Costa  
**(Comissão Pastoral da Terra - CPT)**

36. Roseane Dias  
**(Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - SMDH)**

37. Tânia Dornellas  
**(Campanha Nacional pelo Direito à Educação - CNDE)**

38. Valdênia Aparecida Paulino Lanfranchi  
**(Justiça nos Trilhos)**

39. Virgínia Berriel  
**(Central Única dos Trabalhadores - CUT)**



# Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores / as de direitos humanos?**

As últimas eleições significaram um verdadeiro enfrentamento para o campo dos direitos humanos, e para muitas lideranças este processo eleitoral foi corolário de um processo político iniciado há seis anos atrás, cujo estopim foi o golpe de 2016 que destituiu a ex-presidenta Dilma Rousseff. **Neste período houve um crescimento de todos os tipos de violência contra defensoras e defensores de direitos humanos**, além do desmonte de conquistas nas áreas da saúde, da educação, da ciência e tecnologia, da cultura e dos direitos da classe trabalhadora.

Durante as eleições, defensoras e defensores do campo e das cidades foram alvo, nas redes e nas ruas, de diversas ações de constrangimento, perseguições, ameaças e ataques de diversas naturezas. **Em comunidades tradicionais houve um acirramento dos conflitos e a violência foi ainda mais intensa, com a execução de diversos ataques dos setores vinculados ao agronegócio direcionados a indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores e outros grupos.** Este foi um processo muito marcado, também, pelo medo. A extrema direita é muito agressiva, e as lideranças entrevistadas afirmam que **“um dos maiores desafios neste quatro anos foi viver” (Virgínia Berriel, CUT).**

E mesmo após as eleições, ainda é assustador saber que pouco menos da metade do país ainda acredita em um projeto político de extermínio de grupos vulnerabilizados. **Junto a este movimento, soma-se uma cultura de descrença na política que, por conta da preocupação oriunda do medo das consequências de um conflito violento,** faz com que procuremos evitar debates políticos saudáveis, um comportamento que vai na contramão do exercício cidadão e democrático.

Ainda sobre as eleições de 2022, para além dos ataques físicos, no campo ideológico vivemos disputas igualmente violentas. Não só às vésperas da votação, mas durante todo o governo da gestão Bolsonaro as pessoas e as organizações defensoras de direitos humanos foram difamadas, figurando como principais alvos de mentiras, fake news e campanhas de desinformação, descredibilizando e, muitas vezes, criminalizando o seu trabalho.

Além disso, nunca antes a máquina pública foi tão utilizada em uma tentativa desesperada de reeleição do governo em exercício: desde a execução de políticas verdadeiramente assistencialistas à utilização da força policial para evitar votos em outras candidaturas, passando pelo uso do aparato estatal para colocar em xeque o sistema eleitoral brasileiro, Bolsonaro fez de tudo para não sair da presidência.

Muito da violência vivida por defensoras e defensores de direitos humanos parece ter origem no “aval” dado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro à população para **desrespeitar, discriminar e desumanizar grupos sociais específicos, principalmente pessoas negras, indígenas, quilombolas, mulheres, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiências e pessoas de religiões de matriz africana.** Os grupos apoiadores do então presidente sentiam que tinham permissão para ir contra, para deslegitimar e, inclusive, para criminalizar, sobretudo, as pessoas que defendem todos estes grupos. **Atualmente, existe um receio em relação ao comportamento de apoiadores após a derrota do governo Bolsonaro. Neste sentido, defensoras e defensores de direitos humanos acreditam que os próximos anos ainda serão de muita luta e enfrentamento na defesa dos direitos humanos.**

Por outro lado, o campo dos direitos humanos teve uma importante conquista. Elegemos não só na esfera federal, mas também em diversos estados governos progressistas alinhados com as pautas dos direitos humanos. Firmamos alianças e construímos estratégias com outros setores e grupos para garantir a continuidade do nosso trabalho, e pudemos mostrar que somente a organização coletiva e popular é capaz de derrotar ideais autoritários que violam os direitos humanos.

Foi uma eleição de muito sacrifício, de muito medo, mas foi uma eleição de muita coragem, de olhos nos olhos e de trabalho de base. Contudo, como alertam as lideranças entrevistadas, é igualmente importante não nos esquecermos de que, após uma campanha exaustiva que derrotou Bolsonaro nas urnas, **o bolsonarismo segue ativo como uma força social ressentida entre o povo e como uma força institucional no Congresso Nacional e em diversas casas legislativas pelo Brasil.**

**Como uma defensora de direitos humanos, pela primeira vez fiquei preocupada com a minha vida porque Bolsonaro deu um sinal verde que nos colocou nesse lugar de “matáveis” – as mulheres, os negros e LGBTs.**

**(Heliana Hemetério  
- Rede Candaces e  
Articulação de Mulheres  
Negras Brasileiras)**



# Quais as **estratégias e alternativas** que sua **organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

Para enfrentamento do cenário descrito na questão anterior pelas/os defensoras/es de direitos humanos, onde prevaleceram violências e o perigo de continuidade do fascismo institucionalizado, diversas foram as estratégias adotadas pelas organizações e movimentos.

**Algumas organizações focaram na questão da informação e dos direitos digitais**, trabalhando com a elaboração de materiais para apresentar respostas às notícias falsas (fake news) que tanto eram disseminadas entre a população. **Muitas organizações também focaram o seu trabalho com as bases, desenvolvendo ações de mobilização, debates públicos e formação por uma perspectiva crítica da conjuntura junto à população**, além de trabalhos com rádios comunitárias e outras mídias locais.

**Outra estratégia importante relatada pela maioria dos/as entrevistados/as foi o trabalho em rede.** As articulações e parcerias, em diferentes projetos, ações e causas, foram fundamentais para promover uma proteção coletiva e popular, ações e mobilizações junto à população, assim como, inclusive, para enfrentar o processo de criminalização das organizações.

Diferentes mobilizações da sociedade civil organizada aconteceram com o objetivo de denunciar as violações de direitos humanos, assim como a situação política do Brasil, em diversos espaços e instâncias nacionais e internacionais. **Assim, as organizações se empenharam em documentar e denunciar ao Ministério Público, ao Congresso Nacional, ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, ao Tribunal Superior Eleitoral, à Procuradoria-Geral e a outras autoridades, diferentes situações, como:** crimes socioambientais, fake news, tentativas de impedimento das comunidades de votarem (sobretudo indígenas) e outras tantas violações políticas e eleitorais que aconteciam. Além disso, as organizações se articularam para incidência em fóruns, assembleias e outros espaços internacionais, buscando visibilizar as violações de direitos que seguiam em curso no país e conseguir apoio junto à comunidade internacional.

Outra importante frente de atuação relatada pelos/as defensores/as foi a construção de mecanismos de proteção popular e autoproteção, pela qual as organizações buscaram formular orientações e recomendações de segurança aos/ às seus/suas ativistas, parceiros/as e à população, especialmente com relação às campanhas políticas e atuação nos territórios com grande presença de bolsonaristas.

**Tivemos muita preocupação em relação às formas de proteção e autoproteção que nós e os parceiros precisávamos ter, inclusive com recomendações, orientações. As ações presenciais, feitas nesse período, eram também planejadas.**

**Não era recomendável que uma ou duas pessoas fizessem sozinhas.**

**(Roseane Dias - SMDH)**



# Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil** e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

O resultado das urnas em 2022 sinaliza um grande avanço em relação à democracia e ao respeito aos direitos humanos, às defensoras e aos defensores, mas ainda existe um longo caminho a ser trilhado, pois o contexto é de fragilização profunda da democracia brasileira. Neste sentido, um dos grandes desafios é superar a forma como foram fomentados em nossa população o ódio, a discriminação e a descrença na democracia e na própria política, e como isso afeta diretamente as comunidades e os grupos sociais com os quais trabalhamos, e cujos direitos defendemos.

O Brasil está dividido, e as lideranças atentam o tempo inteiro para o fato de que apesar de Bolsonaro ter sido derrotado, o bolsonarismo e suas investidas antidemocráticas seguem ativos, e para reverter essa situação que nos coloca a todas e todos em risco, será necessário um intenso trabalho de base. Além disso, fortalecer a nossa democracia passa também pela responsabilização dos agentes que têm fomentado discursos de ódio nos últimos anos.

No campo institucional, também existe muito trabalho a ser feito, e o momento é de reconstrução e de retomada. Em diversos espaços do Estado houve tentativas (e muitas delas bem sucedidas) de institucionalização de violações de direitos humanos, por isso, buscando proteger e fortalecer a nossa democracia, é fundamental recuperar as instituições e reconstruir tudo o que foi destruído no campo dos direitos. Este exercício passa necessariamente pela tradução de nossas pautas e nossas demandas em quadros orçamentários, planos plurianuais, políticas públicas e ações efetivas de implementação da agenda de direitos humanos.

Outro grande desafio para o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos no Brasil é garantir espaços efetivos de participação e controle social, pois a democracia e o país que queremos não se construirá a partir do Palácio do Planalto, dos Ministérios ou de qualquer outra instância governamental por si só, mas da vontade popular. Assim, é preciso fortalecer instâncias de participação com protagonismo dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, além de fortalecer, também, a formação política das bases orientada para uma perspectiva de exercício de cidadania que vá além do voto.

**A democracia é um processo em construção. Um dos maiores desafios é garantir que essa seja, de fato, uma democracia participativa, com cidadania ativa e não passiva.**

**(Irene Maria dos Santos - Ibrace)**

# Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores / as de direitos humanos?

Na opinião dos/as entrevistados/as, muitos são os desafios para o fortalecimento das organizações e movimentos de direitos humanos no Brasil.

Um importante desafio relatado pode ser traduzido especialmente na fala de Adriana Ramos (ISA): “É preciso que o reconhecimento do papel das OSCs seja feito pelo governo e que novas políticas de Estado, de apoio à sociedade civil, sejam estabelecidas, inclusive políticas que sejam permanentes e consolidadas de tal forma que qualquer outro governo mais antidemocrático não tenha facilidade de desmontar.” Assim, muito foi dito sobre a importância de que o governo reconheça o campo como parte da construção da democracia e estimule a participação social. Além disso, a questão dos financiamentos e investimentos para sustentabilidade, estruturação e fortalecimento das organizações e movimentos esteve muito presente como um desafio fundamental.

Outro desafio muito presente foi o de fortalecimento da atuação em rede das organizações e movimentos, buscando a continuidade da estratégia dos processos de articulação e organização tanto para ações coletivas quanto para o cumprimento de seu importante papel no diálogo, controle social e contribuição na construção de políticas públicas. Nesse sentido, um exemplo foi trazido por Cacique Babau: “A luta indígena tem que aproveitar o governo Lula não só para demarcação de terras, mas para dar acesso à tecnologia para que nós, indígenas, trabalhemos a terra. Mas sem ser da forma que o governo quer, mas sim da forma que nós trabalhamos.” Além disso, foi citado a necessidade da luta para que a democracia, os direitos humanos, o direito à saúde e as políticas essenciais não sejam vistas como políticas de governo, mas de Estado, para que não haja retrocessos como esses que marcaram os últimos seis anos. (Getúlio Vargas Junior – Conam).

A atuação junto às bases, com uma presença mais intensa nos territórios e periferias, combatendo o bolsonarismo, trabalhando com formação política, “escutando e ajudando o povo a se organizar” (Dito, CMP), formando novas lideranças foi outro desafio trazido para as organizações de direitos humanos.

Com relação à defesa das defensoras e defensores, foi enfatizado a necessidade de construção de uma política séria para que se garanta a vida desses/as defensores/as, assim como uma maior e mais intensa sensibilização da população sobre a importância dessa luta.

**O primeiro desafio é a gente compreender que a construção da democracia no Brasil, o processo de democratização do Estado brasileiro e das suas políticas públicas, passam necessariamente pelo protagonismo das entidades e movimentos sociais do Brasil.**

**(Leonardo Pinho  
- Unisol Brasil e Abrasme)**



**foto:** pexels

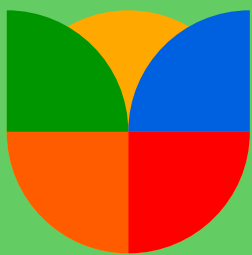
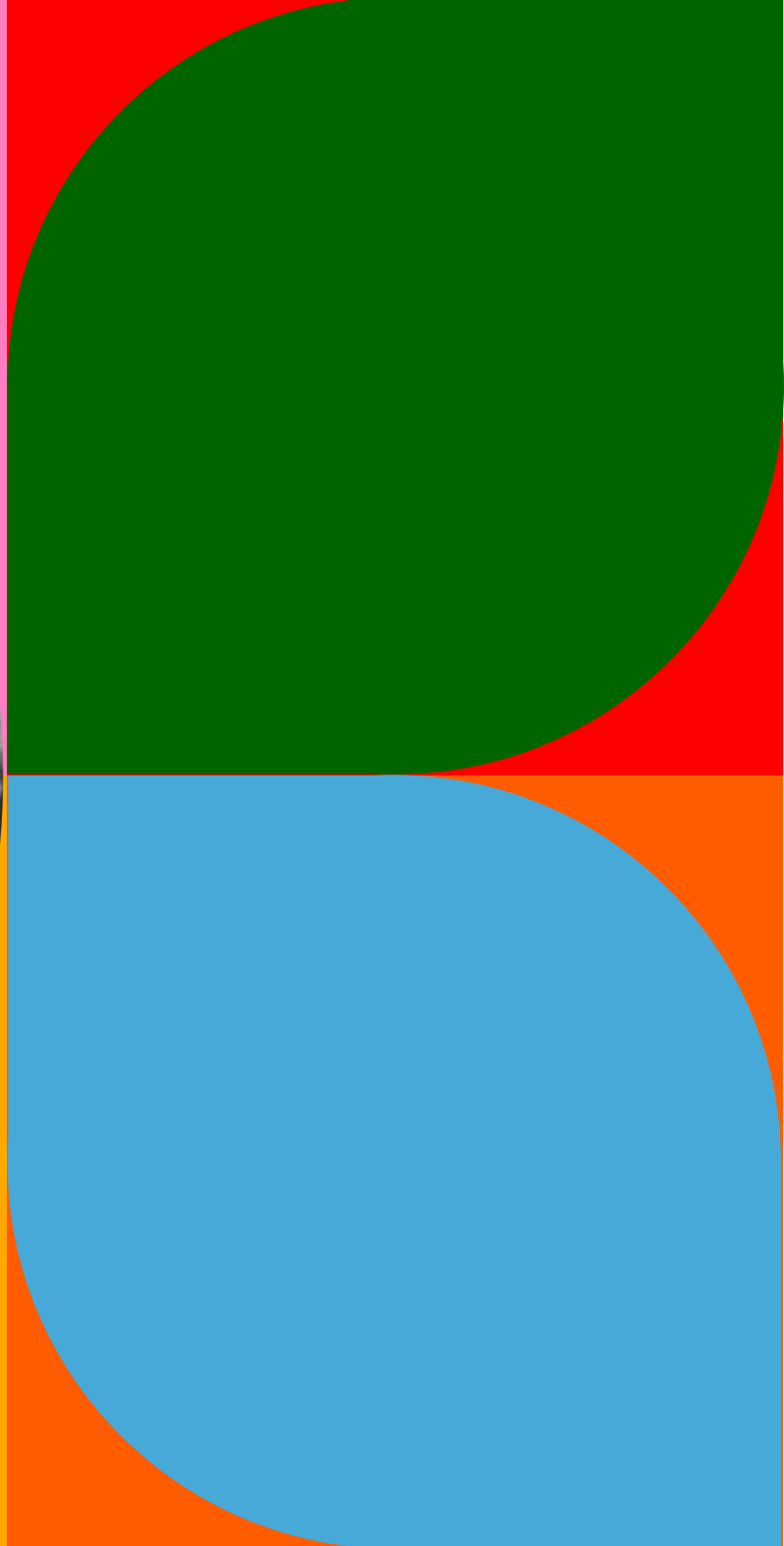
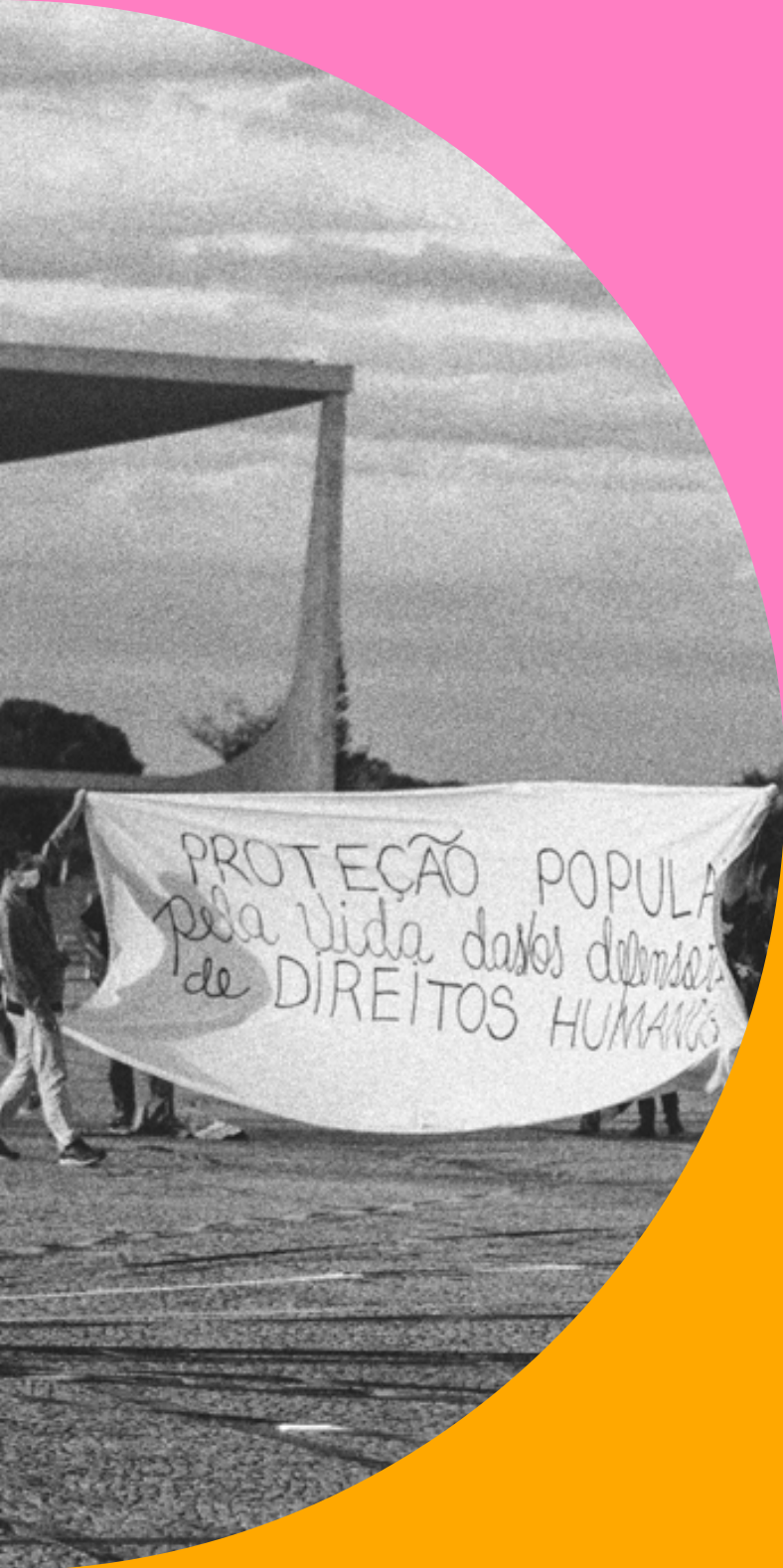
**As redes e articulações também são extremamente importantes neste momento: a Abong, a Plataforma pela Reforma do Sistema Político, a Frente Brasil Popular, a Frente Brasil Povo sem Medo são espaços fundamentais para o fortalecimento da sociedade civil.**

**Precisamos, coletivamente, fazer o nosso planejamento estratégico enquanto sociedade civil.**

**(Makota Celinha  
– Cenarab)**







# projeto sementes de proteção

de defensores e defensoras  
de direitos humanos

proponentes



co-financiadora

